

Da sociedade política à sociedade civil: tensões e aproximações entre Maquiavel, Gramsci e Ianni

Diego Airoso da Motta¹

Resumo: O presente artigo busca discutir alguns conceitos de Gramsci – especialmente a ideia de hegemonia e a função do intelectual – e sua releitura por Ianni, que os tematiza no cenário histórico de nosso tempo, em que os meios de comunicação de massa desempenham um papel fundamental na reprodução de representações políticas da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, podem servir à transformação das estruturas de dominação, potencial a ser explorado pelas forças progressivas – sobretudo em suas lutas pela efetivação dos direitos humanos – como espaço possível de construção de um discurso hegemônico emancipatório. Para tanto, tenta-se reconstruir a linha evolutiva que se inicia no *Príncipe* de Maquiavel, passa pelo *moderno príncipe* de Gramsci e chega ao *príncipe eletrônico* de Ianni, aludindo diretamente ao lugar da mídia como agente cultural, político e econômico presente na dinâmica social contemporânea. Por fim, argumenta-se pela necessidade de as esquerdas políticas – significativa parcela da sociedade civil – considerarem a mídia como um espaço a ser conquistado, dentro de uma perspectiva de guerra de posição, na acepção de Gramsci.

Palavras-chave: Hegemonia. Política. Meios de comunicação. Sociedade civil.

Abstract: This article discusses some concepts of Gramsci – especially the idea of hegemony and the intellectual function – and his replay by Ianni, that thematizes it in the historic set of our time, in which mass media play a fundamental role in reproduction representations of political society, but at the same time, can serve to domination structures change, potential to be explored by progressive forces – especially in their struggles for the human rights realization – as a space of possible construction of a hegemonic discourse emancipatory. To this end, it attempts to reconstruct the evolutionary line that starts at the *Prince* of Maquiavel, through the *modern prince* of Gramsci and arrives at *electronic prince* of Ianni, alluding directly to the place of media as cultural agents, political and economic social dynamics present in contemporaneity. Finally, this paper argues the need of a leftist politics – a civil society significant fraction – consider the media as a space to be conquered within a perspective of war position, according to Gramsci's meaning.

Keywords: Hegemony. Policy. Media. Civil society.

Introdução

O pensamento sociológico moderno, iniciado em termos propriamente científicos, na transição do século XIX para o XX – mas mesmo antes disso –, tem sido palco de constantes acréscimos teóricos. Essas novas ideias, como se pode supor, não nascem do vácuo. Bem ao contrário, têm bases sólidas na dinâmica social que buscam esclarecer, refletindo a complexificação gerada por intensas e velozes transformações pelas quais passa a sociedade em termos gerais.

Na esteira dessa verificação, as relações entre a sociedade e o Estado têm nutrido calorosos e produtivos debates na Sociologia *avant la lettre*.

Uma dessas discussões, que pretendemos trazer aqui, se inicia na segunda metade dos anos 1800 com Karl Marx (1818-1883) e se centra em sua matriz materialista-dialética de

¹ Graduado e mestrando em Ciências Sociais pela Unisinos. E-mail: diegoairoso@yahoo.com.br

pensamento, que encarrega a reprodução da sociedade às esferas da infraestrutura e da superestrutura e o fundamento de sua dinâmica à *luta de classes*, em face da qual um proletariado aviltado pelo sistema capitalista revolucionariamente tomaria o poder estatal, para logo depois eliminá-lo.

Passa, ainda, essencialmente pela releitura e aprofundamento das ideias marxianas por Antônio Gramsci (1891-1937) quando este, nos anos 1920 e 1930, utilizou conceitos como sociedade política, sociedade civil, consenso, hegemonia, intelectual orgânico, partido político, bloco histórico e cultura (nem todos necessariamente cunhados por ele) para tentar dar conta da realidade sociopolítica de um mundo pós-Revolução Russa, em que nem tudo que Marx previra se concretizou.

Conclui-se, enfim, no traçado ideológico trazido à baila por Octávio Ianni (1926-2004) às portas do ano 2000, na medida em que o sociólogo brasileiro tematiza o papel dos meios de comunicação de massa em um contexto em que os atores políticos se pluralizam e, junto, reelaboram o jogo de forças em torno do poder. A teorização de Ianni, nesse sentido, começa com a figura una e onipotente do *Príncipe* de Maquiavel, passa pelo *moderno príncipe* – o partido político – de Gramsci e chega à sua formulação original do *príncipe eletrônico* – a mídia – como componente irreversível da sociedade que, sob pena de pecado analítico capital, não pode deixar de ser considerado em qualquer leitura contemporânea que se faça da dinâmica social.

Com base nessas colocações, temos que o objetivo deste estudo é dialogar com alguns conceitos-chave desses autores, sobretudo Gramsci, e de outros que têm atuado em uma perspectiva afim, em um momento em que, como se infere da fala de Ianni, os meios de comunicação de massa desempenham um papel de destaque na elaboração da consciência (ou inconsciência) política da sociedade como um todo, mas que, se bem utilizados, podem servir de veículo à transformação das estruturas de dominação social. Pretende-se discutir a ideia de que é fundamental às forças progressivas – e neste particular enfatizamos a parcela da sociedade civil que se agrupa em torno da causa dos direitos humanos – fazerem uso dos espaços midiáticos para, a partir dessa trincheira, buscar a construção de um discurso positivamente hegemônico que possibilite as condições necessárias à modificação estrutural do quadro de mazelas e desigualdades sociais e culturais a que o sistema capitalista, com suas promessas não cumpridas, sujeita grande parcela da população.

O estudo se organizará em três partes: na primeira, trataremos da base teórica proposta por Gramsci em seu diálogo com Marx, a respeito do lugar da sociedade civil e da

organização social em torno da luta pela hegemonia, dentro da qual o controle do Estado tem sensível relevância, bem como o papel desempenhado pelos intelectuais como aglutinadores dos diferentes interesses dispersos na sociedade; no momento seguinte, discutiremos as colocações de Ianni acerca da superação do conceito gramsciano de *moderno príncipe* – tributário ainda dos clássicos estudos políticos de Maquiavel – com a formulação do *príncipe eletrônico*, aludindo diretamente ao lugar da mídia como agente cultural, *político* e econômico presente na dinâmica social contemporânea; por fim, na terceira e derradeira parte, delinearemos algumas considerações críticas sobre o assunto exposto, direcionando argumentos à necessidade de as esquerdas, como significativa parcela da sociedade civil, considerarem a mídia como um espaço a ser conquistado, dentro de uma perspectiva de guerra de posição, conforme a acepção elaborada por Gramsci.

1. Localização conceitual em Gramsci: sociedade civil, hegemonia e o papel do intelectual

Sob a perspectiva dialética herdada de Hegel, Marx argumentava que o capitalismo, por conta de sua própria natureza (comercial e depois industrial), estaria fadado à extinção. Segundo seu ponto de vista, apoiado em seus estudos econômicos sobre o capital e o processo histórico que levou à ascensão da burguesia ao topo da pirâmide social ocidental, os capitalistas exploravam o proletariado industrial a tal ponto que, mais cedo ou mais tarde, este se daria conta do quadro aviltante a que estava submetido e a revolução seria levada a efeito.

De acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009, p. 49), instaurada a ordem burguesa capitalista, em substituição ao feudalismo e suas características contradições de classe, “mantiveram-se [...] as condições da luta de classes. Sendo as sociedades classistas fundadas em uma contradição que lhes é inerente, também o capitalismo estaria condenado a extinguir-se com a eclosão de um processo de revolução social”. Adorno (2008) coloca que, em um primeiro momento, enquanto os interesses da burguesia ascendente se voltavam para a superação do sistema feudal e a liberação das forças produtivas, estas estavam em relativo equilíbrio com as relações de produção, configurando uma breve suspensão da conflitualidade de classes. Isso, entretanto, não perduraria. As relações de produção, essencialmente baseadas na questão da propriedade, que se concentrava cada vez mais, se sobreporiam à dinâmica das forças produtivas, o que deveria levar a uma pressão da classe proletária sobre a burguesia.

A classe operária urbana, até então dominada, tomaria o poder da burguesia dominante e instauraria no Estado² primeiramente a ditadura do proletariado e, após, um regime comunista, onde (a) a divisão social em classes, (b) a propriedade privada, sustentáculo do capitalismo, e (c) o próprio Estado seriam abolidos³ (MARX; ENGELS, 2001). Onde a revolução comunista, porém, foi realizada a estrutura econômica não era industrial, mas agrícola: a Rússia (uma sociedade oriental, conforme Gramsci, em sua terminologia criada para driblar a censura no cárcere). Ou seja, o proletariado não foi o motor da revolução, nem onde ela aconteceu e tampouco onde deveria ter acontecido.

Gramsci vai adiante do pensamento de Marx ao dizer que o operariado por si só não faria revolução – embora Marx reivindicasse a união dos proletários em sindicatos e partidos, ou um partido, o comunista, cujo amálgama seria a condição de classe (operária). Para Gramsci, era preciso catalisar sua força política primeiramente libertando suas mentes do consenso forjado pela classe dominante, que o fazia lançando mão de dispositivos simbólicos culturais. E para isso, o papel dos intelectuais (orgânicos) era fundamental. Sobre isso será falado adiante, já que antes se cumpre referenciar o pensamento gramsciano de maneira mais ampla. Para tanto, faz-se necessário falar de outro conceito seu que transpõe o ideário de Marx: a sociedade civil, onde a função de um partido, para Gramsci, tem importância primordial.

Segundo Coutinho (1989), em Gramsci a sociedade civil pertence ao momento da *superestrutura* e não da infraestrutura material ancorada no econômico, como em Marx. A sociedade civil e sua *atividade* se refeririam à busca por inserção econômica. Antes disso, todavia, seria por inserção política e político-institucional e, ainda, cultural, naquilo que Gramsci chamou de hegemonia. Nessa formulação – e aí está o passo fundamental que Gramsci dá à frente de onde Marx tinha chegado –, a sociedade civil passa a se introduzir na ideia de Estado, composto também e mais explicitamente pela sociedade política – sua instância repressiva, coercitiva.

Neste sentido observa-se uma proximidade entre a teoria de Gramsci e as ideias de Hegel, quando este fundamenta a existência do Estado como instância de manifestação e

² Conforme Duriguetto (2007, p. 50), “em Marx, a política não se reduz ao Estado, mas tem clareza que, na ordem burguesa, o núcleo do poder político é o Estado, e por isso a revolução do proletariado requer a dominação e extinção do poder estatal”.

³ Nesse sentido, Coutinho (1989, p. 74, grifos do autor) argumenta que, para Marx (e Engels), “a gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão porque ele só existe *quando* e *enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade”.

concretização de uma *vontade universal*, obtida na interação entre os diversos interesses privados habitantes da sociedade civil. Esta vontade universal, a partir da qual o Estado opera, é a própria expressão do resultado das negociações inerentes à sociedade civil. A mediação entre o privado e o público, nesse caso, tem início nos interesses *singulares* (individuais), que passam a *particulares*, no que Hegel chamava de *corporações* – atores coletivos e plurais, como associações, instituições... – e se transformam em *universais* (ou estatais) (DURIGUETTO, 2007).

Para Gramsci, ter-se-ia a seguinte equação: ‘Estado = sociedade política (coerção) + sociedade civil (hegemonia)’. Esta última mais superficial, mas não menos importante como parte do Estado, já que as negociações feitas e os interesses articulados na sociedade civil condicionam a atividade exercida na sociedade política e vice-versa, sendo, contudo, uma independente e autônoma em relação à outra. Há o Estado propriamente dito, em um sentido mais estrito (a sociedade política), algo como o núcleo de ação política direta (o exercício de poder explícito), e a sociedade civil como um componente que, embora dentro deste Estado, está na órbita da sociedade política, com a qual não se confunde, embora em intensa interação.

À coerção, à repressão estatal superestrutural como instrumento de manutenção da dominação econômica e política dita por Marx, Gramsci acrescenta, então, a produção de consenso no âmbito do Estado, que amplifica essa dominação pela elaboração da hegemonia. Assim,

[...] podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 2004, p. 20-21).

A sociedade civil atuando na superestrutura faz com que esta esfera não sirva tão somente à reprodução da *dominação* que ocorre na infraestrutura e que é afirmada pela coerção estatal, mas também à possibilidade de que se busque sua negação como tal. É nesta alternativa que Gramsci aposta como caminho para superar a dominação imposta às classes trabalhadoras. A sociedade civil, de fato, teria uma função de mediação entre a estrutura econômica e o Estado propriamente dito (coerção/sociedade política) (DURIGUETTO, 2007).

A partir desse contexto, com base no pensamento gramsciano, a supremacia se construiria pela articulação entre essas três dimensões: (1) sociedade política e (2) sociedade

civil, com base no que ocorre na (3) estrutura econômica. As relações de classe condicionadas pela (3) estrutura econômica chegam ao (1) + (2) Estado, local onde se produz a dominação sobre as classes adversárias, até mesmo pela força, e a cooptação das classes aliadas, chegando à fórmula ‘supremacia = coerção (dominação) + consenso (hegemonia)’. Nas palavras de Durigetto (2007, p. 58), tem-se que “o Estado é analisado como um conjunto de aparelhos através dos quais uma classe exerce sua supremacia, ‘liquidando’ ou dominando, inclusive com a força armada, a classe adversária, e sendo dirigente dos grupos afins e aliados”.

Gramsci contrapõe, com isso, a ideia de *guerra de movimento* – o momento revolucionário baseado na tomada brusca e violenta do poder habitante do Estado, próprio das formações sociopolíticas ditas por ele como orientais, como a Revolução Russa – e a ideia de *guerra de posição* – a estratégia revolucionária gradual e institucionalizada de tomada de poder pela conquista de espaços e articulação política, mais apropriada às complexas formações sociais ocidentais (ou capitalistas). Evidencia, assim, o deslocamento da centralidade do processo de tomada do Estado da coerção (ou anticoerção) para o consenso.

Para Gramsci, inclusive, na guerra de posição, a hegemonia é prioritária à dominação coercitiva tanto porque deve ocorrer antes, como porque é mais importante. Nem por isso, entretanto, um projeto de reforma hegemônica pode ser de matriz somente intelectual e moral. A dimensão econômica deve vir colada a isso, pois é onde se dará sua concretização.

É nesse momento que Gramsci agrega o conceito – que é chave em seu pensamento – de bloco histórico, o qual se refere a uma ordem social em que uma classe é dominante em termos econômicos, políticos e culturais, isto é, detém o controle dos meios e da matriz de produção, da sociedade política (dominação) e da sociedade civil (hegemonia). Impõe-se, deste modo, uma relação entre “governantes e governados, dirigentes e dirigidos sob direção da classe hegemônica” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980 *apud* DURIGETTO, 2007, p. 59).

Cabe verificar, ainda, a análise oferecida por Ortiz (2006) ao problematizar o conceito de hegemonia:

Ele pode ser lido, como o foi no passado (penso no livro de Luciano Gruppi), numa perspectiva exclusivamente (ou quase) vinculada à esfera da política (relação com Lênin, bloco histórico, papel revolucionário do partido, Revolução de outubro etc.). Contudo, ele sugere também um outro caminho. A hegemonia não pode prescindir de determinadas concepções de mundo que o organizam cognitivamente, constroem referências simbólicas para a ação das pessoas e contrapõem-se a outras visões de mundo. Por isso, a política não se resume à esfera dos partidos ou do Estado, mas

adentra o mundo da *cultura*.⁴ Em outros termos, a problemática do poder não se limita a um domínio da sociedade – a arte da política –, como se a estrutura desta realmente nela tivesse o seu núcleo ou a sua origem. Por isso *Gramsci volta-se para temas diversos, como o jornalismo, a escola, a religião, a literatura* (ORTIZ, 2006, p. 100, grifos nossos).

De fato, ao pensar “no livro de Gruppi”, Ortiz evidencia estar se referindo à seguinte ideia:

Lênin [...] entende por hegemonia sobretudo a *função dirigente*. O termo “hegemonia” aparece em Lênin, pela primeira vez, num escrito de janeiro de 1905, no início da revolução [...] [de cujo conteúdo] capta-se claramente o *elemento da decisão*, da consequência na ação revolucionária, como condição indispensável à hegemonia (GRUPPI, 1980, p. 11, grifo nosso).

Gramsci, como se percebe, vê a hegemonia de forma diversa a Lênin, transcendendo seu conceito, como bem atesta o próprio Gruppi (1980, p. 59) ao dizer que hegemonia é “tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança”.

A hegemonia, portanto, para Gramsci, trata da direção intelectual e moral de uma classe sobre outra (s). Refere-se à capacidade que uma classe desenvolve de ditar a agenda de projeto societal às demais (“direção e consenso ideológico”), obtendo aliados e adaptando (e adaptando-se a) interesses semelhantes aos seus, transformando-os em interesses comuns, chegando ao consenso. Sua importância remete tanto ao processo de obtenção quanto à manutenção da condição de uma classe como dirigente sobre o conjunto da sociedade (DURIGUETTO, 2007).

A hegemonia que Gramsci propõe busca uma relação política dialética e democrática entre o grupo hegemônico e o restante da sociedade, negando a ideia de submissão da minoria à maioria, mas promovendo o constante diálogo.

Nesse sentido, Duriguetto (2007, p. 61) constata que Gramsci, quando busca formular uma teoria de transição ao socialismo, destaca que a hegemonia teria uma ligação íntima com a democracia, “na medida em que [...] a transição para o socialismo se efetivaria por meio de um processo de ‘democratização’ e conquista de espaços políticos e de participação popular crítica e organizada nos espaços da sociedade civil”. Há, portanto, lugar para a mudança de projetos de sociedade pela alteração, também, da classe dirigente.

⁴ Ao reconstruir a história da expansão da comunicação em termos mundiais, Mattelart (1994) faz também importante referência ao pensamento de Gramsci, por conta de sua abordagem sobre o papel da mídia na construção da hegemonia. Gramsci vai verificar a forte influência da produção cultural estrangeira nos meios populares italianos dos anos de 1930, legitimando as novas formas de gestão do trabalho nas fábricas da Itália.

Embora Gramsci não esqueça os limites desse processo, trazidos de Marx e que se referem precisamente às condições históricas anteriores ao momento em que se dá qualquer embate por hegemonia, isso não impede que as mudanças aconteçam, já que os indivíduos *organizados e conscientes* de seu potencial teriam a plena capacidade de mudar a história.

Dentro da noção de guerra de posição, esse momento, porém, exigiria a preparação e a elevação da consciência crítica das massas, que se daria no campo da cultura, algo como uma pedagogia política que levaria à autonomização dos sujeitos. Essa preparação das massas caberia aos intelectuais.

Segundo Coutinho (1989, p. 108), a partir da classificação feita por Gramsci é possível definir o intelectual em geral. Existiriam, assim, dois tipos principais: o *intelectual orgânico*, “que surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe, ‘não apenas no campo econômico, mas também no social e político’”; e o *intelectual tradicional*, que – “tendo sido no passado uma categoria de intelectuais orgânicos de dada classe (por exemplo, os padres em relação à nobreza feudal) – formam (*sic*) hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma camada relativamente autônoma e independente”. Coutinho não deixa de fazer uma denúncia altamente esclarecedora sobre as armadilhas presentes na apropriação desses conceitos por quem se aventura pela teorização gramsciana:

É um erro grosseiro [...] identificar “intelectual orgânico” com “revolucionário” e “intelectual tradicional” com “conservador” ou “reacionário”. A burguesia tem seus intelectuais “orgânicos”, assim como há intelectuais “tradicionais” (por exemplo, padres e professores) ligados às lutas do proletariado (COUTINHO, 1989, p. 111-112).

De outra parte, é possível também que os intelectuais tradicionais venham a se ligar à burguesia, à classe dominante. Na origem, eles são neutros, estão ideologicamente em suspensão:

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2004, p. 19).

Em suma, são os intelectuais que, em um projeto articulado, canalizam as aspirações hegemônicas das classes e as tornam assimiláveis a seus membros, buscando a coesão ideológica interna e a adesão de outros grupos sociais.

É aí que se faz visível o papel dos partidos políticos, como sendo a face organizada e institucional dos diferentes, porém afins, interesses de grupos que se reúnem em torno de uma direção comum, consciente. Os partidos funcionam como intelectuais orgânicos coletivos que sintetizam politicamente o consenso criado na sociedade civil (DURIGUETTO, 2007).

A ação do partido se dá, obviamente, no campo da política, a qual Gramsci divide em grande e pequena política: esta, o lugar em que se dão as discussões e manobras em torno do jogo político propriamente dito (articulações, regras de funcionamento da política institucional...); aquela, o momento em que importa a questão da modificação ou preservação da ordem social de forma ampla. É na articulação entre essas dimensões, especialmente na passagem da pequena para a grande política, isto é, dos interesses menores e fragmentados para as questões macro, que se dão as relações intersubjetivas (práxis interativa) que deverão produzir uma síntese mais ou menos objetiva e universal, uma vontade coletiva que se traduzirá em consenso. Este, portanto, é o produto da negociação dos diferentes valores, crenças e interesses dos grupos e dos indivíduos em torno de uma ideologia, uma concepção de mundo que será, em termos didáticos, a sua bandeira de luta.

2. Do Príncipe ao Príncipe eletrônico: da primazia da sociedade política à da sociedade civil

Ao referir-se ao partido político, especificamente o partido da classe operária – o comunista –, Gramsci formulou a expressão “moderno príncipe”, em alusão evidente ao *Príncipe* de Maquiavel. Seu pensamento tratava de redefinir este de acordo com a complexificação do cenário sociopolítico de seu tempo.

Conforme Ianni (1998, p. 2-3), “para Maquiavel, o príncipe é uma pessoa, uma figura política, o líder ou *condottiero*, capaz de articular inteligentemente as suas qualidades de atuação e liderança (*virtù*) e as condições sociopolíticas (*fortuna*) nas quais deve atuar”.

Assim, sua ocorrência se torna insuficiente para dar conta da realidade da primeira metade do século XX. É aí que Gramsci lança novas luzes sobre a questão:

Primeira novidade, em comparação com a pesquisa de Maquiavel, é que o ‘moderno Príncipe’ – o agente da vontade coletiva transformadora – não pode mais ser encarnado por um indivíduo. Nas sociedades modernas, mais complexas, cabe a um *organismo social* o desempenho das funções que Maquiavel ainda atribuía a uma pessoa singular (COUTINHO, 1989, p. 103, grifo do autor).

Gramsci não deixa esconder que sua conceituação emana, em boa parte, do que Lênin já havia disposto em sua teoria do partido. Ponto evidente dessa proximidade é a ideia de que

cabe ao partido – no caso, o partido operário, do qual partiria a revolução socialista – superar corporativismos, incorporar e agenciar o espírito de classe entre o proletariado,

isto é, *ao nível da totalidade*, da compreensão não de uma conflitualidade imediata entre patrões e operários na luta pela fixação do salário [...], mas sim dos vínculos *políticos* globais da classe operária com as demais classes da sociedade, antagônicas, aliadas ou potencialmente aliadas. Situando-se nesse nível, graças à mediação do partido, a classe operária pode enfrentar diretamente a questão do Estado, a questão do poder (COUTINHO, 1989, p. 104, grifos do autor).

A despeito das semelhanças, em Lênin a função do partido era, em termos teleológicos, exclusivamente direcionada ao Estado *stricto sensu*, enquanto que para Gramsci haveria que se pensar em um projeto de sociedade que partisse da classe operária. Esta, organizada em um partido, articularia esse projeto com os diversos setores sociais e incluiria entre seus objetivos a gerência da sociedade política, mas não somente isso:

Para Gramsci, a possibilidade de tornar-se classe hegemônica encarna-se precisamente na capacidade de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular; e só quando se forma essa vontade coletiva é que se pode construir e cimentar um novo “bloco histórico” revolucionário, em cujo seio a classe operária (liberta de corporativismos) assuma o papel de dirigente. A construção homogênea dessa *vontade coletiva* é obra prioritária, segundo Gramsci, do *partido político* (COUTINHO, 1989, p. 104, grifos nossos).

É importante notar que neste momento estamos falando de uma concepção teórica produzida na transição entre os anos 1920 e 1930, em uma Itália de sociedade complexa e regionalmente desigual que, unificada aproximadamente meio século antes – o *Risorgimento* –, passava por intenso processo de industrialização e se modernizava no norte, enquanto que no outro extremo do país a matriz socioeconômica ainda era de base rural, latifundiária, semifeudal. Um nó, enfim, a ser desatado por um partido político identificado com o estrato trabalhador urbano-industrial e que teria de dar conta de um projeto nacional.

Esse o “moderno príncipe” de Gramsci. O partido político é o intelectual orgânico coletivo próprio ao cenário político da modernidade. De acordo com Ortiz (2006, p. 96), “o partido seria o Príncipe dos tempos modernos, o centro de irradiação de uma ‘grande narrativa’, apreenderia o mundo na sua totalidade, ressignificando-o e conferindo-lhe inteligibilidade”. Os tempos, porém, não cessam de trazer modificações à realidade sociopolítica, o que explicita um dos aspectos principais do pensamento, especialmente o de Gramsci, segundo constata Ortiz (2006): ele é *datado*, refere-se ao momento histórico em que foi gerado.

Na contemporaneidade, porém, a trama do meio político passa a assumir uma dimensão ainda mais intrincada. Conforme revela Ianni (1998, p. 02), “na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política”. Ou seja, novos tempos são vividos, novos conceitos são exigidos.

É assim que o próprio Ianni, na bem-sucedida tentativa de oxigenar a discussão, escreve um artigo em que apresenta o *príncipe eletrônico*:

No texto [...] *O príncipe eletrônico* – um diálogo com Gramsci e Maquiavel –, constatamos que no mundo contemporâneo o papel que cabia ao partido, de organizador da vontade coletiva, em parte se esgotou (não inteiramente) e se restringiu; que uma outra dimensão social, a mídia e o universo do entretenimento, deslocou sua primazia anterior (ORTIZ, 2006, p. 96, grifo do autor).

O diagnóstico mais detalhado do cenário em que o *príncipe eletrônico* emerge é assim definido por seu mentor:

Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isto significa a emergência e dinâmica de grupos sociais, classes sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial. Em segundo lugar, [...] desenvolvem-se tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas que agilizam, intensificam e generalizam as articulações, as integrações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças socioculturais e político-econômicas, pelos quatro cantos do mundo. Em terceiro lugar, [...] desenvolve-se uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura, desenhando uma totalidade geo-histórica de alcance global, compreendendo indivíduos e coletividades, povos, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. Esse é o novo e imenso palco da história, no qual se alteram mais ou menos radicalmente os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo (IANNI, 1998, p. 02).

É nesse contexto que a política é invadida pelo uso das novas tecnologias comunicacionais, da mídia em suma, realidade da qual não pode se esquivar. Dá-se à luz então o *príncipe eletrônico*:

Aí as instituições “clássicas” da política estão sendo desafiadas a remodelar-se, ou a ser substituídas, como anacronismo, já que outras e novas instituições e técnicas da Política estão sendo criadas, praticadas e teorizadas. Em lugar de *O Príncipe* de Maquiavel e de *O Moderno Príncipe* de Gramsci, assim como de outros “príncipes” pensados e praticados no curso dos tempos pós-modernos, cria-se *O Príncipe Eletrônico*, que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros (IANNI, 1998, p. 02, grifos do autor).

Trata-se, de fato, de um momento em que a mídia, sobretudo a eletrônica, se espalha pelo espaço-mundo e induz a sociedade a repensar a prática política, muitas vezes atuando como arauto de grupos (e classes) com cujos projetos ela politicamente se compromete ou que com ela se comprometam:

O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o *intelectual coletivo e orgânico* das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (IANNI, 1998, p. 6, grifo do autor).

Em relação ao âmbito de atuação, a partir dos termos colocados por Gramsci, a mídia tem um objetivo diverso dos “príncipes” anteriores. Enquanto o *Príncipe* de Maquiavel habitava diretamente a sociedade política e o *moderno príncipe* de Gramsci atuava na sociedade civil, mas buscando – ao fim e ao cabo de um processo de conquista de hegemonia – também ocupar a sociedade política, o *príncipe eletrônico* de Ianni, nasce na sociedade civil e aí se aloja. Grosso modo, a mídia, ao menos explicitamente, não se lança diretamente à conquista do Estado. Seu papel é puramente o de mobilizar as consciências, organizar os diferentes interesses de grupos e indivíduos em torno do projeto de sociedade da classe da qual faz parte ou à qual se filia.

Ora, não é preciso muitas ponderações para tornar claro que a mídia – de onde, segundo Ianni (1998), se sobressai a televisão – é essencialmente privada, composta por corporações ligadas ao capital nacional e transnacional, o qual visam reproduzir como empreendimento gerador de lucro e como instrumento de (de)formação cultural em torno da manutenção do sistema capitalista. Embora haja percalços nesse caminho, como a dinâmica concorrencial gerada pelo próprio capitalismo – que coloca muitas vezes em confronto as empresas de mídia; os profissionais que fazem a mídia na prática e que, em várias situações, conseguem furar o bloqueio editorial-institucional que lhe impõe posicionamentos; e a ocorrência de propostas que busquem a construção de canais midiáticos alternativos, entre grupos sociais dispostos a enfrentar os grandes barões da mídia (sim eles existem...); no mais das vezes o cenário é sombrio no que se refere à orientação política dos grupos de comunicação que incorporam o *príncipe eletrônico* e que influenciam diretamente a esfera da sociedade civil e o círculo de poder institucional. Ianni (1998, p. 06) nos ajuda nessa

compreensão: “em geral, no entanto, o príncipe eletrônico expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados”.

Cultura e economia se articulam para produzir o condicionamento do campo político. Eagleton (2005) revela que até os anos 1960, a cultura era vista quase que em oposição ao capitalismo e seu foco no consumo. A cultura era o oásis de lucidez moral e desprendimento dos valores materialistas que o capital preconizava. É então que o capitalismo descobre a cultura como um ramo a ser explorado, transformando-a em fonte de lucros, produtora de visões de mundo sob sua conveniência e instrumento de dominação e controle.

Horkheimer e Adorno (1985) chamaram a essa ocorrência de indústria cultural, na qual a produção em série de bens culturais, como cinema, literatura, televisão, rádio e impressos (e hoje a multimídia), tal como um produto saído de uma fábrica, é direcionada ao consumo em massa, às massas. Dessa forma, os indivíduos são transformados em consumidores também através de suas necessidades intelectuais e simbólicas. A arte, libertária, crítica e progressista, é vencida, ao menos em termos de sua intocabilidade, pela técnica, que controla, parametriza e inibe a diferença. Poucos grupos dominam os instrumentos tecnológicos e os meios materiais e humanos de produção cultural, oligopolizando o fazer cultural, mas supostamente democratizando o acesso aos bens culturais produzidos dessa forma:

Os interessados inclinam-se em dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. [...] De fato, o que explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 114).

Mattelart (1994, p. 224-225) sintetiza:

Para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural, como realização plena da serialização, padronização e divisão do trabalho, fixa de maneira exemplar a falência da cultura, sua queda na categoria de mercadoria. A transformação do ato cultural em valor mercantil abole seu poder crítico.

Em outro momento, ao tratar das relações de troca como essência das sociedades modernas, lógica dentro da qual a indústria cultural opera, Adorno (2008, p. 109) afirma que

“na redução dos homens a agentes portadores da troca de mercadorias se oculta a dominação dos homens pelos homens”.

Os efeitos dessa dinâmica não deixam de ter forte influência na política. Atuando em prol do capitalismo, o poder da mídia/empreendimento vicia a visão política – e sobre o que é a política – na sociedade como um todo:

São muitos os caminhos, assim como as redes, que conduzem à política eletrônica, à democracia eletrônica, à tirania eletrônica ou ao príncipe eletrônico. Há poderosos e predominantes interesses corporativos impondo-se mais ou menos decisivamente às instituições “clássicas” da política, compreendendo partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião pública e governos, em seus poderes legislativo, executivo e judiciário (IANNI, 1998, p. 10).

O *príncipe eletrônico*, em seu papel de intelectual orgânico e coletivo dito por Ianni, é o emblema de uma época histórica – a atual – em que a busca por hegemonia no âmbito da sociedade civil tende cada vez mais ao campo da cultura, ambiente no qual a guerra de posição teorizada por Gramsci se estabelece silenciosamente; por conta disso, no entanto, sem que ninguém perceba, uma bomba surda, com densas cargas ideológicas (embora vestidas de imparcialidade), explode a cada vez que um televisor é ligado.

Considerações finais

A mídia e suas corporações, atuando em escala local e global, “fazem dinheiro” ao mesmo tempo em que forjam subjetividades e direcionam os desejos para o consumo e a apatia política. O capital, ao qual as empresas de comunicação estão atreladas, acaba por ter nelas a sua expressão simbólica mais contundente. É pela mídia que o poder econômico passa da dominação à hegemonia.

Ao que se destaca dos argumentos expostos, a guerra de posição proposta por Gramsci como processo de conquista dessa hegemonia não pode ser pensada sem que se avalie o potencial da mídia. O *príncipe eletrônico*, que se traveste de “intelectual tradicional” – neutro e independente de qualquer tendência sociopolítica, algo próximo à “*intelligentsia* socialmente desvinculada”, expressão usada por Karl Mannheim e Alfred Weber e referida por Adorno –, mas que atua veementemente como “intelectual orgânico” a serviço da dominação vigente, tem de ser considerado como um elemento de primeira grandeza pelas forças políticas progressivas que tenham, de fato, a pretensão de transformar a sociedade.

Como grande passo da guerra de posição que opõe figuras políticas as quais, apesar da pobreza dualística, para fins didáticos poderíamos chamar de conservadores e reformadores, é

necessário pensar a possibilidade de uma “subguerra de posição” no interior da sociedade civil (não ainda direcionada para a sociedade política) em que o objetivo dos reformadores, dos progressistas, deveria ser “colonizar” a mídia, o intelectual orgânico do *status quo*, para dialeticamente transformá-la em intelectual orgânico em prol da transformação social.

Nesse sentido, a comunicação de massa pode ser um espaço onde a cidadania e a educação política sejam discutidas e chegando à população de forma abrangente, produzindo a mobilização pela modificação do atual estado de coisas, em que o capital se sobrepõe ao social e onde temas como direitos humanos não pertencem à agenda prioritária da mídia. Em geral, as esquerdas latino-americanas ainda permanecem distantes dos meios de comunicação de massa, embora suas expressivas vitórias eleitorais na última década tenham reduzido os efeitos desse afastamento.

Há, portanto, a clara necessidade de se operar algo como a tomada de um local próprio às forças dominantes. Para alcançar esse objetivo, é preciso, contudo, preencher a pré-condição de reconhecer o *príncipe eletrônico*, com sua atuação difusa e onipresente, como um *potencial* aliado – embora de difícil persuasão. A política contemporânea se configura de tal forma que parece terminantemente inviável falar – sem medo de violentar os conceitos de Gramsci – em conquista de hegemonia sem que antes se trave uma guerra de posição dentro do mais eminente intelectual orgânico de nosso tempo: a mídia.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.
- EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata, Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 1997.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- IANNI, Octávio. O Príncipe eletrônico. **XXI Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu-MG, out. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/ianni.rtf>>. Acesso em: 28/07/2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**: história das ideias e estratégias. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L. de O.; OLIVEIRA, Márcia G. de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 21, n. 62, out. 2006.